
SER Social

CRISE, FLUXOS MIGRATÓRIOS E POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília, v. 23, n. 49, julho a dezembro de 2021

A experiência do Comitê Científico de Apoio a Crianças e Adolescentes Refugiados na Grécia

*The experiment of the Scientific Committee in Support
of Refugee Children in Greece*

Entrevistada: Lina Venturas¹

Entrevistador: Yannis G. S. Papadopoulos²

Os fluxos de refugiados no Mediterrâneo para a Grécia e a Itália intensificaram-se desde o verão de 2015. A maior parte dos refugiados dirigiu-se da Turquia para a Grécia por meio das ilhas do Egeu

1 Lina Venturas é professora do Departamento de Ciência Política e História da Universidade Panteion, em Atenas. Estudou história e sociologia na Grécia, França e Bélgica. De 2016 a 2018, foi presidente do Comitê Científico para a Educação de Crianças e Adolescentes Refugiados, nomeada pelo Ministério da Educação grego. Usando abordagens históricas e sociológicas, sua pesquisa concentra-se em migrações, diáspora, políticas dos estados de envio, transnacionalismo e organizações internacionais.

2 Yannis G. S. Papadópoulos é doutor em História pela Universidade de Panteion, de Atenas (2008). Atualmente, é professor visitante na Universidade de Brasília. Sua pesquisa concentra-se em políticas migratórias e a mobilidade transgeracional entre a Europa e a América do Sul.

Oriental. De acordo com dados oficiais do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNur), 817.175 pessoas cruzaram a fronteira greco-turca em 2015 e 2016.³ Essa população dirigiu-se, inicialmente, ao porto de Piraeus e, depois, atravessou o país em direção à fronteira entre a Grécia e a Macedônia do Norte. Após o fechamento dessa fronteira e o acordo UE-Turquia, em março de 2016, cerca de 60 mil refugiados ficaram “presos” na Grécia e o então governo implementou uma estratégia de gestão, proteção e instalação dessa população em alojamentos permanentes.⁴

A população de refugiados que ingressou no país não é homogênea. De acordo com dados da Secretaria Geral de Mídia e Comunicação da Grécia, em 2016, 46% dos refugiados vieram da Síria, 24% do Afeganistão, 15% do Iraque, 5% do Paquistão e 3% do Irã. Além disso, 64% deles são homens e 36% são mulheres. Uma característica da população refugiada, de fundamental importância na elaboração de um programa de educação, é o fato de haver um número muito elevado de pessoas menores de 18 anos: 24,5% dos homens e 31,9% das mulheres estão nessa categoria.

Como foi organizado o Comitê de Apoio a Crianças e Adolescentes Refugiados?

Em março de 2016, o Ministério da Educação, Pesquisa e Assuntos Religiosos tomou a iniciativa de preparar um plano para a integração de crianças e adolescentes refugiados na educação, a fim de contribuir para sua inclusão social mais ampla. Inicialmente, foram constituídos três comitês por especialistas não remunerados: o Comitê de Apoio a Crianças e Adolescentes Refugiados, o Comitê Científico e o Comitê de Arte. Como esse esquema se mostrou disfuncional, formou-se um corpo menor e mais flexível, que foi mantido e operado até 2018.

3 “Breakdown of Men-Women-Children among sea arrivals in Greece for the period June 2015 February 2016”, UNHCR, fevereiro de 2016.

4 Para as políticas de asilo na Grécia, veja: PAPADOPOULOS, Yannis; KOURACHANIS, Nikos. O desenvolvimento das políticas de asilo na Grécia: aspectos políticos internacionais e gestão dos fluxos populacionais. *Ser Social*, Brasília, v. 22, n. 47, 2020, p. 339-359.

Qual foi o número de crianças e adolescentes refugiados na Grécia?

De acordo com um levantamento de 2017 da Unicef, 63.290 crianças e adolescentes chegaram à Grécia, em 2016, e representavam 37% da população total de refugiados. Em julho de 2017, o número estimado de menores de 18 anos refugiados no país era 18.500, dos quais 2.350 eram desacompanhados. Destes, 93% eram meninos, a maioria com mais de 14 anos (grande parte vinda do Paquistão, Afeganistão e Síria). Os números gerais, com um desvio de +/- 5%, são pouco maiores do que 20 mil crianças e adolescentes refugiados.⁵

Como foi estruturado o sistema de educação de refugiados?

O comitê propôs quatro tipos de estruturas educacionais para facilitar a inserção das crianças e adolescentes no sistema educacional grego:

1. Jardins de infância dentro dos centros de recepção nas ilhas e na Grécia Continental.

2. Instalações de Recepção para Educação de Refugiados (Δομές Υποδοχής για την Εκπαίδευση Προσφύγων, DYEP), com a finalidade de preparar as crianças e adolescentes que vivem em Centros de Recepção e Identificação (RICs) e acampamentos no continente para participar em aulas regulares. Os refugiados têm aulas, à tarde, nas dependências de escolas públicas de ensino fundamental e médio, com o objetivo principal de aprender grego, inglês e matemática, bem como preparar as crianças e adolescentes para a integração na escola regular.

3. Aulas de recepção (Τάξεις Υποδοχής, TYs) dentro de Zonas Prioritárias Educacionais (Ζώνες εκπαιδευτικής προτεραιότητας, ZEPs) dirigidas às crianças e aos adolescentes que não tinham as competências da língua grega necessárias para se integrarem totalmente no sistema educacional.⁶ Nas ZEPs, os alunos seguiram o

5 UNICEF. **Refugee and migrant children in Greece**. Set. 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/eca/sites/unicef.org.eca/files/eca-dataproduct-Refugee_and_migrant_children_in_Greece_data_analysis_August_2017.pdf>. Acesso em: 10/05/2021.

6 O governo baseou-se no artigo 26 (1) Lei 3.879/2010, Diário Oficial A '163 / 21.09.2010, que forneceu uma base jurídica para a criação das ZEP para refugiados, migrantes, roma (ciganos), repatriados, e crianças e adolescentes vulneráveis.

currículo regular juntamente com os colegas gregos e tiveram aulas suplementares na língua grega. As ZEPs foram divididas em cursos ZEP I (nenhum conhecimento ou conhecimento básico de grego) e ZEP II (conhecimento moderado de grego).

A estrutura foi complementada pela nomeação de Coordenadores de Educação de Refugiados (Συντονιστές Εκπαίδευσης Προσφύγων, SEPs) que atuaram como uma ponte entre o sistema educacional e as famílias de refugiados residentes em RICs, campos no continente e em áreas urbanas. Eram professores que tinham experiência com crianças e adolescentes em campos de acolhimento ou em bairros com muitos refugiados.

Quais foram os desafios que vocês enfrentaram durante o projeto?

Antes mesmo do início do projeto, algumas escolas já atendiam crianças e adolescentes refugiados e haviam sido fundadas turmas de acolhimento. O projeto foi concebido em condições de pressão de tempo e implementado numa população de refugiados heterogênea em termos de perfil (características sociais e culturais, capital econômico e cultural) e instável em número, localização e condições de vida no país. Os refugiados mudam-se de um local para outro e de um Centro de Acolhimento e Alojamento (RAC) para outras áreas de alojamento em apartamentos, hotéis etc. A maioria considera a Grécia como um país de trânsito e visa a reinstalação no norte e oeste da Europa.

Quais são as especificidades das crianças e dos adolescentes refugiados e como o currículo deve ser adaptado às suas necessidades?

As crianças e adolescentes refugiados estão em uma fase de transição de uma situação de guerra para a normalidade e, portanto, as exigências da educação são diferentes. Como eles passaram por experiências difíceis, adquiriram habilidades de sobrevivência, mas muitas vezes não possuem o conhecimento que é avaliado positivamente nas escolas. O sistema educacional deve se flexibilizar e reconhecer as identidades em contínua negociação, as diversas referências culturais e as necessidades diferentes para ajudar as crianças

e os adolescentes refugiados em seu processo de integração. Também é necessário priorizar seus objetivos educacionais de diversas formas. O primeiro objetivo foi criar um sentimento de segurança e aceitação, desenvolver a comunicação, ajudar na sua adaptação ao procedimento educacional e à instituição escolar, e, em seguida, focar em alcançar os objetivos educacionais. As aulas vespertinas de pré-integração em escolas fora dos centros de recepção ofereciam às crianças e aos adolescentes a oportunidade de vivenciar a normalidade, por meio de uma programação diária, ao mesmo tempo que lhes dava o tempo necessário para se ajustarem às instalações de ensino, sem sofrer pressão excessiva.

Um currículo especial respondendo à população estudantil particularmente heterogênea em termos de origem nacional, bem como a experiência educacional anterior, incluindo língua grega, língua inglesa e cursos de TI, permitiu que as crianças e os adolescentes adquirissem as qualificações básicas para uma adaptação tão suave quanto possível, independentemente se seriam integradas ao sistema educacional grego a partir do próximo ano letivo ou se frequentariam escolas de outro país europeu. Também foi criado um currículo aberto, dando aos professores a possibilidade de mudarem de ritmo, a depender da turma que iam lecionar.

Até que ponto os professores conseguiram se adaptar às necessidades específicas deste empreendimento?

A maioria não estava familiarizada com o ensino do grego como segunda língua ou com a educação intercultural. Isso resultou em um sentimento predominante de frustração entre os professores. Muitos consultores escolares tentaram apoiar os professores realizando com eles sessões de treinamento durante o horário escolar. No entanto, isso não era aplicado de forma sistemática ou universal e, mais importante, não era aplicável desde o início do ano letivo. Esse fato, em combinação com a realidade de mudança de professores, afetou muitas vezes a eficácia e a qualidade da educação. Os professores do ensino médio também tiveram que lidar com problemas da adolescência etc.

Apesar das deficiências e dificuldades descritas, os professores contribuíram com a familiarização das crianças e dos adolescentes refugiados ao ambiente escolar e suas regras. Os alunos avançaram bastante em matérias como grego e matemática.

Como funcionaram as instalações de Recepção para Educação de Refugiados (RFREs)?

Em algumas escolas, diretores e professores tentaram desencorajar os refugiados a se matricularem, criando obstáculos, apesar das circulares relevantes do Ministério da Educação. O Ministério também falhou em garantir uma distribuição racional das crianças e adolescentes nas escolas ou seu apoio pedagógico.

Na maioria dos casos, apesar das dificuldades, as crianças e os adolescentes refugiados adaptaram-se ao processo educacional e às regras associadas à vida escolar, participaram das aulas e progrediram na aprendizagem de grego, matemática e inglês. Além disso, as dificuldades iniciais de contato entre estudantes gregos e refugiados foram superadas em um grande número de escolas, e ações conjuntas começaram a surgir. Porém, as mudanças frequentes de professores substitutos contribuíram para o abandono escolar dos alunos. As crianças e os adolescentes não tinham um ponto de referência fixo e nenhuma continuidade e regularidade foram estabelecidas no processo educativo.

Dado que os alunos não falavam grego e que a maioria deles estava fora da escola há muitos anos, os professores precisavam ter conhecimentos especiais e/ou experiência no ensino de outras línguas e na gestão de crianças e adolescentes socialmente vulneráveis. A educação dos refugiados era realizada por professores sem educação ou treinamento especial para lidar com essa difícil tarefa. Embora os RFREs sejam classificados como unidades escolares em funcionamento na Decisão Ministerial Conjunta, na realidade não estavam nem administrativamente nem pedagogicamente ligados à zona matinal da escola, o que criou muitos problemas no seu funcionamento. Em alguns casos, as crianças e os adolescentes eram matriculados em séries ou classes que não refletiam sua idade real.

Como resultado da mobilidade das famílias de refugiados dentro da Grécia e para outros países, a taxa de frequência era instável. Na maioria dos casos, isso não refletiu uma evasão permanente, mas, sim, uma frequência irregular. Um fator chave foi a perspectiva de deixar a Grécia. A maior taxa de evasão e frequência descontínua foi observada em estudantes de língua árabe, principalmente sírios, que estavam ansiosos para serem realocados em outros países. Aprender a língua grega seria de pouca utilidade, pois não poderiam usá-la no país onde queriam se estabelecer. Contudo, outros grupos que não tinham essa perspectiva, como os afegãos, tiveram taxas de comparecimento mais estáveis. Todos foram mais receptivos a cursos de inglês ou alemão organizados por ONGs ou outras instituições, no sentido de que esses idiomas parecem mais úteis para eles. Embora os pais geralmente reconheçam o fato de o Estado grego ter oferecido educação aos filhos, a fluidez e o "vazio" em que viviam pareciam impedi-los de se adaptar à rotina diária e os filhos às regras da escola regular. As crianças e os adolescentes frequentemente faltavam porque seus pais tinham algum trabalho a fazer fora do Centro de Recepção e levavam seus filhos com eles, ou tinham que cuidar de seus irmãos mais novos, o tempo não estava bom etc. Todos os mediadores relatam que fizeram esforços muito sistemáticos e contínuos para convencer os pais sobre o valor da educação, independentemente do idioma em que fosse ministrada, bem como para informá-los sobre a possibilidade de a frequência escolar dos filhos ter um impacto positivo no seu pedido de asilo.

Outro motivo para a frequência irregular foi a preocupação dos pais sobre a eficácia da educação fornecida. Tendo a experiência de sistemas educacionais regidos pela lógica pedagógica tradicional e autoritária, acharam difícil reconhecer os métodos pedagógicos mais relaxados da escola grega como eficazes e confiáveis. Em alguns centros onde os professores seguiram um modelo de ensino mais tradicional, as taxas de evasão pareceram ser ligeiramente mais baixas.

Outro problema relatado foi a dificuldade de um grande número de crianças e adolescentes se adaptar à disciplina escolar. A intensidade (comoção, brigas entre alunos etc.) que costuma ser observada no ambiente escolar, consequência tanto de experiências traumáticas

que sofreram quanto das condições de vida atuais, inibiu a participação dos alunos na escola.

Ressalta-se que o problema de evasão ou frequência irregular foi mais pronunciado no ensino médio. Parece que os adolescentes têm menos dificuldade para se adaptar à escola.

Qual foi o papel dos Coordenadores de Educação de Refugiados (RECs) na resolução de problemas?

Os RECs eram os intermediários entre os Centros de Alojamento para Refugiados (RACs) e as Escolas – Instalações de Recepção para Educação de Refugiados (RFREs) (DYEP, em grego). Eles também coordenavam ações de educação realizadas por organizações não governamentais e outras instituições. Esses educadores deveriam conectar a população refugiada ao sistema educacional grego e criar, como intermediários sociais, pontes entre a escola e a sociedade. Eles coordenaram e/ou participaram de cursos (ou seja, língua grega, línguas estrangeiras) ministrados para os pais dos alunos com vistas a consolidar uma relação de confiança. Além disso, realizaram atividades com os alunos e suas famílias para ajudá-los a conhecer o ambiente natural, a cidade e sua história, acompanharam as crianças e os adolescentes em oficinas educativas, jogos e atividades vivenciais realizadas em museus, institutos de educação, bibliotecas e shows sem barreiras linguísticas (ex.: apresentação de música, teatro de fantoches, charadas).

Ao mesmo tempo, ajudaram a estabelecer uma rede escolar para comunicação, cooperação, organização conjunta de atividades entre refugiados e estudantes gregos, bem como cooperaram com órgãos municipais para organizar Festivais de Arte e Aceitação e eventos abertos – reuniões sobre questões de refugiados. Eles também estabeleceram contato com universidades e promoveram a ideia de refugiados participando de cursos como observadores.

Eles cooperaram com assistentes sociais e psicólogos do programa de serviço comunitário para oferecer apoio psicossocial aos pais. Ademais, colaboraram com servidores sociais para lidar com o comportamento delinquente/perturbador de crianças e adolescentes.

Como foi a colaboração com outras agências estatais, ONGs e Organizações Internacionais?

A cooperação com o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Saúde foi perfeita e eficaz (vacinações). A necessária cooperação com os Ministérios do Trabalho e de Seguro Social e Solidariedade, que teria facilitado a integração de crianças e adolescentes não acompanhados no sistema de ensino, não se concretizou devido às deficiências de ambos os ministérios.

O problema mais importante, porém, foi a falta de informação do Ministério da Política de Migração sobre o movimento de refugiados, que criou dificuldades no planejamento e implementação do projeto de educação. Em alguns casos, foram criados RFREs, nomeados professores e, no final, devido à deslocação dos refugiados, não havia alunos para frequentar as escolas. Além disso, o Ministério da Política Migratória impediu o funcionamento de estabelecimentos de ensino nas ilhas. A cooperação com o Ministério de Proteção ao Cidadão em questões relacionadas com a segurança do transporte dos alunos e a segurança das escolas foi muito boa ao nível da liderança política e de altos funcionários. Infelizmente, em alguns casos, os policiais, em momentos críticos para a segurança das crianças e dos adolescentes refugiados e professores, quando se desenrolavam ataques racistas contra as escolas (Ikonio, Kolonos etc.), inicialmente permaneceram “neutros”, evitando claramente cumprir seu dever até que seus superiores intervissem para obrigá-los a obedecer às ordens e cumprir a lei.

A cooperação com muitas autoridades locais foi eficaz. O Ombudsman para Crianças contribuiu para a redação e publicação de circulares, protegeu as crianças e os adolescentes da exposição nas mídias e participou ativamente na divulgação de informações aos alunos, seus pais e à sociedade grega em geral.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) foi a principal associada e financiadora do transporte de alunos de e para as escolas e forneceu equipamento escolar para as crianças e os adolescentes da escola primária. Além disso, ofereceu material visual e assistência técnica (fotocópias e projetores, computadores, papelaria

etc.) para apoiar o trabalho educacional. O ACNur cobriu o equipamento escolar dos alunos do ensino médio, deu ao Ministério 50 contêineres para serem usados como jardins de infância e, em alguns casos, como escritórios para Coordenadores de Educação de Refugiados em Centros de Acomodação para Refugiados, e desenvolveu programas educacionais especiais para as escolas matinais. A Unicef ofereceu uma visão geral das práticas e políticas internacionais relacionadas às questões de educação de crianças e adolescentes refugiados e contribuiu para os custos do programa de vacinação delas.

Numerosas ONGs internacionais e gregas contribuíram para o engajamento criativo e a educação não formal de crianças e adolescentes refugiados. Algumas ONGs atuaram em ações improvisadas nessas áreas sem ter nenhuma experiência e suporte científico. Outras eram mais eficientes, mas, muitas vezes, apesar do número de funcionários, apenas poucas crianças e adolescentes estavam envolvidos nas atividades que organizaram.

Quais eram os maiores problemas na realização do projeto?

Devido à falta de um organograma adequado à rotatividade dos Coordenadores do Grupo de Trabalho, problemas de coordenação, sobreposição de responsabilidades, improvisação e competição entre serviços existiram por muitos meses. A realocação de refugiados tornou-se um grande obstáculo na concretização das propostas. A coordenação entre o Ministério da Educação, o Ministério da Migração, as direções regionais e as autoridades locais, bem como a evasão de responsabilidades e o formalismo criaram obstáculos.

A maioria das crianças e dos adolescentes não teve acesso à educação, mesmo a educação não formal, durante a sua estada nos RICs.⁷ Não foi possível encontrar soluções adequadas para o problema da falta de provas que comprovem a conclusão do ensino médio (certificados de conclusão da escola) e de métodos de equivalência entre os exames estrangeiros e os exames gregos, para que os

7 Em fevereiro de 2021, havia 3.577 residentes não registrados em acampamentos em toda a Grécia (IOM. **Supporting the Greek Authorities in Managing the National Reception System for Asylum Seekers and Vulnerable Migrants (SMS)**. Disponível em: <<https://bit.ly/3m9PiXi>>. Acesso em: 5/05/2021.)

adolescentes com mais de 15 anos pudessem se inscrever no ensino médio ou profissional.

A estrutura de turmas das Zonas de Prioridade Educacional, que agrupavam alunos de diferentes idades, dificultava a assiduidade, uma vez que as turmas das ZEPs decorrem em paralelo com as turmas regulares. As crianças e adolescentes que frequentavam as aulas das ZEPs não podiam, portanto, assistir às aulas regulares realizadas.⁸

Considerações finais

A exclusão de crianças e adolescentes refugiados do sistema educacional grego atingiu níveis recordes durante a pandemia de COVID-19.⁹ Como os refugiados foram proibidos de deixar os campos, muitos alunos não puderam frequentar a escola por mais de um ano, enquanto outras nunca conseguiram se matricular. Além disso, poucas crianças e adolescentes refugiados tinham acesso às aulas online, em decorrência das precárias condições de vida. O número de menores de 18 anos em busca de asilo, matriculadas em escolas públicas no ano letivo de 2020-2021, de acordo com a vice-ministra da Educação, Zetta Makri, caiu para 8.637. De acordo com números da ONU,¹⁰ o número total estimado de crianças e adolescentes refugiados presentes no país aumentou de 27.000, no final de 2018, para 44.000, no final de 2020.¹¹ Com a exclusão do sistema educacional, essas crianças e esses adolescentes refugiados aprendiam principalmente sozinhos, com a ajuda dos pais em seus telefones celulares

8 SIMOPOULOS, Giorgos; ALEXANDRIDIS, Antonios. **Refugee Education in Greece: integration or segregation?** *Forced Migration Review* 60, mar. 2019. Disponível em: <<https://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/en/education-displacement/simopoulos-alexandridis.pdf>>. Acesso em: 5/05/2021, p. 27.

9 RSA. **Open Letter:** “All children have the right to go to school. Do not take that away from them”. 10 mar. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3fq3f2d>>. Acesso em: 13/05/2021.

10 UNICEF. **Data on the situation in Greece.** Disponível em: <<https://uni.cf/3uhQ-VoX>>. Acesso em: 11/05/2021.

11 UNICEF. **Refugee and Migrant Crisis in Europe. Humanitarian Situation Report,** Grécia, n. 38, dez. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3wfGvrp>>. Acesso em: 13/05/2021.; UNICEF. **Refugee and migrant children in Greece.** Dez. 2018. Disponível em: <<https://uni.cf/3sHd8Mt>>. Acesso em: 13/05/2021.

ou recorriam a aulas auto-organizadas ministradas por outros refugiados em campos ou casas particulares. O discurso público vira mais hostil contra refugiados e migrantes na Grécia,¹² tem protestos racistas por parte de pais gregos e anúncios públicos contra a integração de crianças e adolescentes refugiados nas escolas.¹³ Desde a pandemia de COVID-19, os pais alegaram “riscos à saúde pública” para se oporem à inclusão de menores de 18 anos refugiados de campos próximos nas escolas. Ao mesmo tempo, diretores de escolas, autoridades locais e regionais também se opuseram à criação de centros de recepção em suas áreas. Em alguns casos, os profissionais da educação que incentivam a integração de crianças e adolescentes refugiados enfrentaram preconceito e hostilidade de pais, colegas ou da administração escolar, incluindo procedimentos disciplinares ou legais.¹⁴ No entanto, apesar de um ambiente cada vez mais hostil para as pessoas que trabalham nos campos, os professores continuam a se manifestar individualmente ou coletivamente contra os problemas na educação de refugiados.

Aceito para publicação em: 19/05/2021.

12 UNHCR. Communication from the Racist Violence Recording Network, pursuant to Rule 9.2 of the Rules of the Committee of Ministers of the Council of Europe for the supervision of the execution of judgments and the terms of friendly settlements, relating to the case of Sakir v. Greece (Application No. 48475/09). **Racist Violence Recording Network**, dez. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/31Hr8u6>. Acesso em: 13 mai. 2021.; RSA. **Submission in Sakir v. Greece**. Jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3sNV57x>. Acesso em: 13 mai. 2021.

13 Id. **“Rise of xenophobic and racist incidents in the past 6 months”**: A timeline. Out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3mehg4b>. Acesso em: 13 mai. 2021.

14 Id. **Excluded and Segregated**: The vanishing education of refugee children in Greece. Abr. 2021. Disponível em: <https://rsaegean.org/en/excluded-and-segregated-the-vanishing-education-of-refugee-children-in-greece/#footnote-48>. Acesso em: 13 mai. 2021.